

- CXVII -

**ACESSO À INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA O
ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS⁶⁸**

José Francisco Barretto Neto

UFBA – jfbneto2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem crescido o debate em torno da garantia do direito ao Acesso à Informação pública nos países ao redor do mundo e, em especial na América Latina, bem como tem ampliado essa discussão nos organismos internacionais e na sociedade civil que vem monitorando a sua implementação. Assim, os agentes públicos têm sido obrigados a prestar as informações produzidas ou sob custódia do Estado, o que tem proporcionado uma maior difusão do conhecimento, fortalecendo a ação informada do cidadão e favorecendo um acompanhamento mais efetivo das políticas públicas, contribuindo para a ampliação da democracia participativa e o controle social das políticas educacionais.

Além disso, as inovações tecnológicas e a utilização da internet por grande parte da população do planeta têm possibilitado a difusão das informações e o seu compartilhamento em tempo real, garantindo o seu acesso a um número cada vez maior de pessoas. No entanto, observa-se a insuficiência de informações articuladas e socialmente organizadas que favoreçam a ação informada do cidadão para o controle social das políticas públicas educacionais.

⁶⁸ O presente trabalho é fruto da pesquisa de doutoramento em andamento intitulada *DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: um estudo sobre a difusão do conhecimento no acompanhamento da política estadual de Educação Profissional da Bahia*, apresentado ao Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), sob a orientação da Prof. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, ligado às instituições: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCT), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e FIEB/SENAI/CIMATEC.

Neste sentido, é que surge este projeto de pesquisa questionando se essas inovações no âmbito legal e tecnológico têm ampliado o acesso à informação pública no Estado da Bahia e, conseqüentemente, proporcionado maior difusão do conhecimento e fortalecido a ação informada do cidadão no âmbito do acompanhamento e controle social da política estadual de Educação Profissional. A referida pesquisa está em fase inicial, daí porque a ênfase aqui são os aspectos conceituais e metodológicos da investigação.

ACESSO À INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NO ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O acesso à informação é um direito humano fundamental que estabelece a garantia para qualquer pessoa acessar as informações significantes produzidas, controladas ou sob a guarda do Estado e de órgãos privados criados ou controlados por ele, em qualquer meio ou formato, de interesse individual ou coletivo, sujeito apenas às exceções, o sigilo das informações pessoais de caráter sensível ou de segurança do Estado. O conceito de acesso à informação parte do princípio de que a sociedade é proprietária das informações e o Estado é apenas o seu guardião.

Segundo Villaneuva (2006) o acesso à informação é um pressuposto para o exercício da democracia, se constituindo em um direito instrumental para o exercício de outros direitos, sendo a sua garantia a regra e a sua restrição a exceção.

Desse modo, nota-se a importância da garantia do direito de acesso às informações públicas como ferramenta de fortalecimento da difusão do conhecimento que visa garantir aos cidadãos outros direitos fundamentais, dentre eles, o direito à educação.

Entende-se por Difusão do Conhecimento, os processos de disseminação, espalhamento e divulgação das informações produzidas e sistematizadas a partir de um determinado propósito. Sendo assim, a difusão do conhecimento não é a mera transmissão de dados ou informações, mas implica em um processo de sistematização das informações significativas para uma determinada finalidade e direcionamento gerador de uma ação prática e transformadora sobre o mundo existencial humano. Corroborando com o que afirma Galeffi,

a Difusão do Conhecimento pode ser descrita como a disponibilização pragmática de um processo produtivo sistematizado tendo em vista a operação de apropriação da parte de todos os que possam acessar o que está sendo difundido como conhecimento do fazer e do saber fazer, ou do conhecer e do saber conhecer próprios de um determinado setor das atividades humanas. A difusão, assim, responde ao imperativo do

conhecimento implicado com o desenvolvimento humano sustentável [...] (GALEFFI, 2011, p. 30).

A difusão do conhecimento deve ser socialmente contextualizada, numa perspectiva inclusiva e plural, capaz de promover a emancipação humana e a tomada de decisões no processo de acompanhamento das políticas públicas educacionais.

A política de educação profissional, implementada no Estado da Bahia, a partir de 2008, conforme seus princípios e diretrizes, é direcionada aos jovens trabalhadores e trabalhadoras, com a finalidade de promover a elevação da escolaridade e inserção cidadã no mundo do trabalho. A sua expansão, além de ter sido instituída como uma das prioridades do atual governo visa também atender aos desafios postos no novo Plano Nacional de Educação (DIEESE, 2012).

A referida pesquisa tem como objetivo compreender como a implementação do Direito de Acesso à Informação contribui com a Difusão do Conhecimento na ação informada da comunidade escolar para o acompanhamento da política estadual de Educação Profissional da Bahia

Para o desenvolvimento da investigação optou-se por um estudo exploratório-explicativo, adotando o procedimento de estudo de caso visto que se trata, além de um estudo teórico sobre a difusão do conhecimento, de uma investigação empírica de um fenômeno inovador, o estudo do direito de acesso à informação, situado no contexto específico que é a política estadual de educação profissional da Bahia. Segundo Yin (2010) pode-se afirmar que é uma estratégia mais apropriada quando se trata de responder questões do tipo “como” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados.

Para tanto, adota-se a pesquisa bibliográfica com aprofundamento teórico sobre a temática, mediante a utilização de livros, coletâneas, artigos de revistas e periódicos em geral; pesquisa documental com o estudo do marco jurídico normativo e dos dados estatísticos pertinentes ao tema; pesquisa eletrônica visando à busca de dados e informações relevantes sobre o problema estudado, já disponíveis na rede; bem como pesquisa de campo envolvendo atores e unidades de ensino estaduais de educação profissional.

No que se refere à pesquisa de campo, definiu-se como *lôcus* da investigação, o Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano, localizado em Alagoinhas, fazendo-se um recorte temporal de 2012 a 2017, levando-se em conta que o ano de 2012 foi marcante com a implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil e na Bahia e 2017, o ano de reestruturação da política estadual de Educação Profissional no âmbito do estado, no tocante ao perfil de oferta e à questão curricular.

A pesquisa de campo está estruturada utilizando-se múltiplos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas semi-estruturadas, questionários, observação sistemática e consulta a fontes documentais com os sujeitos definidos para a pesquisa (conselho territorial, colegiado, grêmio, líderes de classes, professores e gestores), bem como levantamento dos pedidos de acesso à informação, relativos à temática em tela a ser realizado no Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública da Ouvidoria Geral do Estado, órgão responsável pela gestão e implementação do direito de acesso à informação no âmbito do estado.

Pretende-se analisar e interpretar os dados e as informações coletadas à luz do referencial teórico proposto, numa perspectiva de abordagem quali-quantitativa, a partir da técnica da análise de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se mostra relevante diante da necessidade de uma melhor compreensão da relação entre o acesso à informação e a difusão do conhecimento no processo de acompanhamento da política estadual de educação profissional da Bahia que proporcione o aperfeiçoamento dessa política e a consolidação de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Busca-se, a partir das reflexões e inferências sobre a temática em questão, proporcionar aos gestores educacionais um referencial para o aprimoramento de suas práticas, bem como o fortalecimento do controle social das políticas públicas no âmbito da educação estadual, destacando que os dados obtidos poderão tornar-se constructos para novas experiências de pesquisa.

REFERÊNCIAS

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário da educação profissional da Bahia**. Salvador: DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/publicacoessep>>. Acesso em: 01.02.2019.

GALEFFI, Dante Augusto, Saberes plurais e difusão do conhecimento em educação: uma perspectiva transdisciplinar. In: GURGEL, P. R. H. e SANTOS, Wilson Nascimento. **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: EDUFBA, 2011.

VILLANUEVA, Ernesto. **Derecho de acceso a la información em el mundo**. México: Mícucl Angel Porrúa, librero-editor, 2006. Disponível em:

<http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LIX/der_acc_inf_mun.pdf>
Acesso em: 06 out. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2010.